

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 21/2017

CONCESSÃO, EM LOTE ÚNICO, DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP, EM TODO SISTEMA REGULAR MUNICIPAL, COMPREENDENDO: (I) A MOBILIZAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE ÔNIBUS, OU OUTRAS TECNOLOGIAS QUE VIEREM A SER DISPONIBILIZADAS, E (II) A IMPLANTAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA – SBE, DO SISTEMA CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO E DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO – SIU.

EDITAL

EDITAL Nº 103/2017, RETIFICADO NESTA DATA.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 21/2017

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP, situada na Praça James Mellor, s/nº, Centro, Birigui/SP, representada pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE MATERIAIS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES, torna público aos interessados que se acha reaberta a Concorrência Pública nº 21/2017, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa, para a outorga de CONCESSÃO, em lote único, do serviço de transporte público coletivo regular de passageiros no MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP, compreendendo (I) a mobilização, operação e manutenção do serviço de transporte público coletivo de passageiros, mediante a disponibilização de ônibus, ou outras tecnologias que vieram a ser disponibilizadas, e (II) a implantação, disponibilização e operação do SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA – SBE, do SISTEMA CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO e do SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO – SIU.

A licitação é realizada na forma estabelecida pela Lei Complementar do Município de Birigui nº 60, de 19 de setembro de 2014; obedece, ainda, as normas da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012; da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995; da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993, todas com as correspondentes alterações posteriores, e demais normas pertinentes, bem como o disposto no presente EDITAL e seus anexos. O critério de julgamento desta licitação será do tipo MENOR VALOR DE TARIFA, conforme previsto no inciso I do artigo 15 da Lei Federal nº 8.987/95 e inciso I do Art. 20 da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014.

Para os fins deste EDITAL, de qualquer anexo ao presente ou de qualquer outro documento que pelo presente deva ser fornecido, os termos listados a seguir neste EDITAL (“1. DAS DEFINIÇÕES”), quando empregados, no plural ou no singular, terão os significados indicados no referido glossário, salvo se, do contexto, resultar sentido claramente diverso.

O EDITAL poderá ser adquirido junto ao DEPARTAMENTO DE MATERIAIS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES, em dias úteis, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 16h, localizada na Rua Santos Dumont, 28 – Centro – Birigui/SP. Para cobrir os custos do fornecimento da Pasta, conforme parágrafo quinto do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, deve ser pago, por meio de Guia de Recolhimento Própria fornecida pela Administração, o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), junto ao Posto Bancário que funciona no prédio da PREFEITURA, sito na Rua Osvaldo Cruz, nº 146, mediante emissão de Guia de Recolhimento. As vendas encerrar-se-ão às 16 horas do dia 24 de abril de 2019. O EDITAL também poderá ser obtido gratuitamente, através do SÍTIO oficial da PREFEITURA em www.birigui.sp.gov.br.

Os interessados em participar da LICITAÇÃO deverão protocolar seus envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA até dia 25 de abril de 2019, às 8h30min, na Rua Santos Dumont, 28 – Centro – Birigui/SP, DEPARTAMENTO DE MATERIAIS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES, local em que também se dará a sessão de abertura da LICITAÇÃO.

A PREFEITURA aceitará o envio dos envelopes via correio, desde que sejam a ela entregues até a data e o horário previstos para a protocolização deles.

Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário fixado para entrega dos envelopes e, ainda, para o tempo que possa ser despendido com sua identificação na recepção do prédio, pois eventuais atrasos não serão tolerados.

Até a abertura do certame, os envelopes ficarão em poder da Seção de Licitações da PREFEITURA e não serão devolvidos aos LICITANTES.

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins da presente licitação, ficam adotados os seguintes termos agora definidos, que podem ser designados, ao longo do presente EDITAL, tanto no singular quanto no plural, com igual conteúdo e significado, salvo se, do contexto, resultar claramente sentido diverso:

ACESSIBILIDADE: é a condição para utilização, por qualquer pessoa (seja ela portadora ou não de deficiência ou com mobilidade reduzida), com segurança e autonomia, total ou assistida, dos veículos, sistemas e meios de comunicação e informação utilizados na prestação dos SERVIÇOS.

ADJUDICATÁRIO: é o LICITANTE ao qual vier a ser adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.

ATUALIDADE: é o direito dos USUÁRIOS à prestação dos SERVIÇOS por meio de técnicas, equipamentos e *softwares* modernos, que, permanentemente, ao longo da CONCESSÃO, acompanhem as inovações do desenvolvimento tecnológico, notadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental dos equipamentos utilizados e assegurem o perfeito funcionamento, racionalização operacional e melhoria dos SERVIÇOS.

BENS VINCULADOS À CONCESSÃO: são os bens, integrantes ou não do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, considerados à prestação adequada e contínua dos SERVIÇOS, nos termos previstos no EDITAL e no CONTRATO.

CCO: é o SISTEMA CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO.

CONCESSÃO: é a concessão comum do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS do MUNICÍPIO, conforme condições constantes do EDITAL e do CONTRATO.

CONCESSIONÁRIA: é a pessoa jurídica, empresa, sociedade empresária a que vier a ser adjudicado o objeto da CONCESSÃO, com a decorrente celebração do CONTRATO.

CONFORTO: é o direito dos USUÁRIOS a condições que assegurem, na forma da regulamentação, o seu bem-estar e comodidade nos veículos e nos equipamentos de mobilidade vinculados à prestação dos SERVIÇOS.

CONTINUIDADE: é o direito dos USUÁRIOS à manutenção, em caráter permanente, da prestação dos SERVIÇOS, durante a vigência do CONTRATO e eventuais prorrogações.

CONTRATO: é o contrato de CONCESSÃO comum do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO, a ser celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

CORTESIA: é o direito dos USUÁRIOS a tratamento urbano e educado, com vistas aos padrões de qualidade exigidos para a prestação dos SERVIÇOS.

CRÉDITO DE VIAGEM: é o crédito adquirido pelo USUÁRIO, perante a CONCESSIONÁRIA ou seu preposto, para ser utilizado, imediata ou posteriormente, para acesso aos SERVIÇOS e correspondente tarifação, conforme diretrizes e características previstas neste EDITAL, e materializado em cartão eletrônico inteligente, sem contato.

DEMANDA: é a quantidade de pessoas que necessitam se locomover nos limites geográficos do MUNICÍPIO e que potencialmente se utilizarão dos SERVIÇOS na qualidade de USUÁRIOS.

EDITAL: é o conjunto das disposições contidas no presente EDITAL, seus anexos e subanexos.

EFICIÊNCIA: é o direito dos USUÁRIOS à execução dos SERVIÇOS de acordo com as normas técnicas aplicáveis e com os padrões qualitativos e quantitativos fixados neste EDITAL, bem como o cumprimento dos objetivos e metas da CONCESSÃO.

GARAGEM: local(is), edificações e instalações destinados à guarda, limpeza, conservação e manutenção da frota da CONCESSIONÁRIA, aptos a assegurar o adequado funcionamento dos SERVIÇOS.

GARANTIA DE PROPOSTA: é a garantia a ser apresentada pelo LICITANTE de forma a garantir os termos e condições apresentadas em sua PROPOSTA.

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: é a garantia a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA de forma a garantir o fiel cumprimento de suas obrigações previstas neste EDITAL.

GENERALIDADE: é o direito dos USUÁRIOS à prestação dos SERVIÇOS em caráter universal, com amplo, progressivo e integral atendimento da DEMANDA e sem qualquer tipo de discriminação.

HIGIENE: é o direito dos USUÁRIOS à conservação permanente da limpeza e do asseio de pessoas e bens vinculados à CONCESSÃO, em especial daqueles com os quais os USUÁRIOS têm contato direto.

ÍNDICE DE DESEMPENHO: é o resultado da apuração de indicadores específicos de desempenho na prestação dos SERVIÇOS, a ser observado pela CONCESSIONÁRIA, conforme critérios estabelecidos no anexo 9 deste EDITAL.

ITINERÁRIO: é a descrição detalhada, em ordem sequencial, das vias por onde circulam os veículos de transporte coletivo.

ITS: é o sistema tecnológico inteligente, destinado ao monitoramento e controle de serviços de transporte - *intelligent transport system*;

LICITANTE: é quem concorre à LICITAÇÃO.

LICITANTE VENCEDOR: é o LICITANTE ao qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.

LINHA: é unidade básica de prestação dos SERVIÇOS, composta por ITINERÁRIO, frota e quadro de horários próprios, em que se utilizam veículos de características urbanas, permitido o transporte de passageiros em pé, nos limites fixados neste EDITAL e no CONTRATO.

MODICIDADE TARIFÁRIA: é o direito dos USUÁRIOS de utilizar os SERVIÇOS mediante o pagamento de tarifas acessíveis, observado, conforme o caso, o direito às gratuidades.

MUNICÍPIO: é o Município de Birigui (SP).

ORDEM DE SERVIÇO: é o documento emitido pela ÓRGÃO GESTOR, autorizando a prestação dos SERVIÇOS, em caráter integral ou parcial.

ÓRGÃO GESTOR: é a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, à qual o PODER CONCEDENTE atribui a gestão do CONTRATO de CONCESSÃO.

OSO: é a ordem de serviço operacional, expedida pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL e de seus anexos, para orientar a operação dos SERVIÇOS.

PODER CONCEDENTE: é a PREFEITURA, representada pelo ÓRGÃO GESTOR.

PREFEITURA: é a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI (SP).

PROPOSTA COMERCIAL: é a proposta na qual o LICITANTE ofertará o valor da tarifa, nos termos deste EDITAL.

RECEITA TARIFÁRIA: é a receita da CONCESSIONÁRIA decorrente da TARIFA PÚBLICA paga pelos USUÁRIOS.

SBE: é o SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA.

SEGURANÇA: é o direito pertinente a USUÁRIOS e a terceiros, referente à proteção de sua incolumidade física pela CONCESSIONÁRIA, por meio do respeito a todas as normas legais e regulamentares destinadas a esse fim.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO – SIU: é o sistema, o conjunto de recursos, equipamentos e dados destinados à operação de comunicação, controle e supervisão da operação e a fornecer informação aos USUÁRIOS;

SERVIÇOS: são os serviços de transporte coletivo de passageiros, destinados a possibilitar a mobilidade da população do MUNICÍPIO e de seus visitantes, nos seus limites geográficos.

SERVIÇOS ESPECIAIS E/OU COMPLEMENTARES: são os serviços de transporte coletivo municipal de passageiros que não se enquadram nas LINHAS, justificados pelo interesse no atendimento de DEMANDA específica do **SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO** que é o conjunto de todos os SERVIÇOS e atividades que compõem o objeto da CONCESSÃO, nos termos do EDITAL.

SISTEMA CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO: é o conjunto de recursos, equipamentos e dados, inclusive do SBE e do SIU, que será implementado pela CONCESSIONÁRIA e disponibilizado, nos termos previsto no EDITAL e seus anexos, ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, para, em tempo real, salvo prescrição em contrário no EDITAL, ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, monitorar, orientar e controlar a operação dos SERVIÇOS.

SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA – SBE: é o conjunto de recursos (sistemas subsistemas, equipamentos, *software*, *hardwares*, procedimentos etc.) que será implementado pela CONCESSIONÁRIA e, nos termos do EDITAL e seus anexos, disponibilizado ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, para tarifação e controle de acesso dos USUÁRIOS e da receita do serviço, conforme diretrizes e características estabelecidas no EDITAL e seus anexos.

SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO: o conjunto de LINHAS, veículos, infraestrutura e equipamentos utilizados na prestação dos serviços de transporte que possibilite ao passageiro, inclusive com o pagamento de apenas uma TARIFA, utilizar mais de uma condução a fim de chegar ao seu destino, dentro da prévia programação de LINHAS no sistema.

SISTEMA INTELIGENTE DE TRANSPORTE: é o sistema integrado pelo sistema CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO, pelo SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA – SBE e pelo sistema SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO – SIU.

SÍTIO: é o sítio eletrônico, o *site*, na rede mundial de computadores (INTERNET).

SIU: é o SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO.

TARIFA PÚBLICA: é o preço fixado pelo PODER CONCEDENTE e pago pelos USUÁRIOS em decorrência da utilização dos serviços de transporte coletivo municipal.

TERMO DE ACEITE: é o documento emitido pela Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito à CONCESSIONÁRIA, atestando que cada serviço componente do objeto previsto na CONCESSÃO está suficientemente implantado e instalado.

USUÁRIO: é a pessoa que tem acesso e utiliza os SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO.

TRANSPORTE REGULAR: é o serviço de transporte público coletivo de passageiros, prestado de modo continuado, em LINHAS, com características operacionais, TARIFA PÚBLICA e ITINERÁRIO definidos pelo PODER CONCEDENTE, nos limites geográficos do MUNICÍPIO.

VALIDADOR: equipamento instituído no âmbito do Sistema de Bilhetagem Eletrônica para a leitura e gravação de dados dos cartões, verificação dos dados e liberação de catraca, armazenagem de informações coletadas e sua transmissão;

VALOR DO CONTRATO: é o valor dos investimentos devidos pela CONCESSIONÁRIA.

2. DO OBJETO DA CONCESSÃO

2.1. Constitui objeto imediato da presente LICITAÇÃO selecionar a melhor proposta para a operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, na modalidade regular, sob regime de CONCESSÃO, na área geográfica de atendimento (área operacional), conforme definição e detalhamento no anexo 2 deste EDITAL.

2.2. Os SERVIÇOS estão reunidos em 1 (um) único lote operacional, detalhado no anexo 2, deste EDITAL, que será outorgado a um LICITANTE, originando um CONTRATO.

2.3. Obedecendo o princípio da MODICIDADE TARIFÁRIA, expresso pelo artigo 6º da Lei Federal nº 8987/95, a PREFEITURA não estabelece o pagamento, pelo LICITANTE VENCEDOR, de valor ou preço pela outorga da CONCESSÃO.

2.4. O objeto deste EDITAL e do CONTRATO compreende todos os SERVIÇOS e atividades que deverão ser realizados pela CONCESSIONÁRIA, relativos a:

2.4.1. Provimento, gestão, manutenção e operação da frota a ser utilizada na execução dos SERVIÇOS, com capacidade para prestá-los em toda a extensão territorial do MUNICÍPIO.

2.4.1.1. A idade média máxima da frota disponibilizada para a prestação dos SERVIÇOS não poderá ser superior a 07 (sete) anos em todo o período de duração do CONTRATO, conforme anexo 6 deste EDITAL.

2.4.2. Provimento de GARAGEM adequada e plenamente apta à manutenção, conservação, limpeza e guarda da frota.

2.4.3. Provimento, gestão, manutenção, operação, comercialização e arrecadação do SBE.

2.4.4. Provimento, gestão, manutenção e operação do CCO.

2.4.5. Provimento, gestão, manutenção e operação do SIU.

2.4.6. As demais especificações técnicas dos veículos e os requisitos mínimos da prestação dos SERVIÇOS encontram-se descritos nos anexos 2, 3 e 6 deste EDITAL e nos seus subanexos.

2.5. Os parâmetros mínimos para elaboração das propostas pelos LICITANTES deverão considerar os termos dos anexos deste EDITAL.

3. DA OPERAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

3.1. A operação do serviço de transporte coletivo de passageiros compreende a realização de viagens com uso de veículos especificados para esse transporte, com o pessoal necessário para operá-los e mantê-los, em serviços organizados em LINHAS, inseridos em um SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO, tudo de acordo com especificações e padrões de conformidade fixados pelo PODER CONCEDENTE.

3.2. As características e especificações operacionais dos serviços do lote único, tais como ITINERÁRIOS das LINHAS, frequências, horários e frota, serão objeto de OSOs, observadas as prescrições do EDITAL e do CONTRATO.

3.2.1. Desde o início da operação dos SERVIÇOS, eles serão prestados pela CONCESSIONÁRIA de acordo com as especificações que constam dos anexos 2 e 3, as quais poderão ser ajustadas em razão do processo corrente de gestão dos SERVIÇOS.

3.2.2. Ao longo do prazo da CONCESSÃO, as especificações operacionais do serviço de transporte (ITINERÁRIO, frequência, horários e frota) serão adequadas às necessidades de melhor atendimento da população, do desenvolvimento urbano, da racionalidade e do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por iniciativa do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, neste caso com a anuência prévia do PODER CONCEDENTE.

3.3. O escopo da CONCESSÃO poderá ser revisto, periodicamente, a fim de contemplar a inclusão de novas tecnologias e/ou serviços necessários ao correto atendimento ao interesse público e ao atingimento do padrão de qualidade dos SERVIÇOS prestados aos USUÁRIOS.

3.3.1. Ao longo do CONTRATO de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA ou o PODER CONCEDENTE poderão propor a implantação de serviços complementares e/ou adicionais que, se aprovados, serão objeto de OSOs específicas, como, por exemplo, o SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO.

3.3.2. A inclusão de serviços complementares e/ou adicionais será objeto de termo aditivo ao CONTRATO, devendo sua remuneração ser mensurada pela aferição de custos de serviços idênticos e/ou correlatos no mercado, por meio de orçamento específico.

3.3.3. O(s) eventual(ais) termo(s) aditivo(s) para contemplar a inclusão de serviços complementares e/ou adicionais deverá(ão) ser acordado(s) entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, tendo em vista o permanente incremento de qualidade na prestação dos SERVIÇOS e a satisfação do USUÁRIO.

3.4. O valor da TARIFA PÚBLICA inicial, na CONCESSÃO, será praticado pelo PODER CONCEDENTE de acordo com a consignada na PROPOSTA COMERCIAL da ADJUDICATÁRIA.

3.5. Os SERVIÇOS objeto do CONTRATO deverão ser realizados em conformidade com as normas e especificações constantes do EDITAL e do CONTRATO e das demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE.

3.6. Os SERVIÇOS deverão ser prestados ininterruptamente pela CONCESSIONÁRIA durante todo o período da CONCESSÃO, de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS, em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014 e suas alterações.

3.7. A CONCESSÃO não implicará e nem acarretará qualquer tipo de despesa para o MUNICÍPIO, cabendo toda e qualquer responsabilidade de pagamento à CONCESSIONÁRIA.

4. DA FROTA DO SERVIÇO REGULAR

4.1. A CONCESSIONÁRIA do lote único prestará os SERVIÇOS de transporte coletivo do serviço regular mediante a utilização de frota contratual composta por uma frota operacional e uma frota reserva técnica.

4.1.1. A frota contratual será formada por veículos com as características definidas no EDITAL, substantivamente no anexo 6.

4.1.2. A frota reserva técnica será no mínimo 20% da frota operacional.

4.2. Todos os veículos da frota da CONCESSIONÁRIA, desde o início da operação, deverão estar adequados aos preceitos de ACESSIBILIDADE universal, conforme dispõem as Leis Federais nº 10.048, de 08/11/2000, e nº 10.098, de 19/12/2000 e o Decreto Federal nº 5.296/04.

4.3. A quantidade de veículos da frota contratual poderá ser alterada a critério do PODER CONCEDENTE, para melhor atendimento aos USUÁRIOS, observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos do § 4º do artigo 9º da Lei Federal nº 8.987/1995, espelhado no § 6º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5. DAS INSTALAÇÕES DE GARAGEM

5.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA implantar e manter, em perfeitas condições de funcionamento, GARAGEM adequada, apta e compatível com o porte, o local e as características da operação dos SERVIÇOS.

6. DOS SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTE

6.1. Caberá a CONCESSIONÁRIA implantar o SBE com uso de sistemas e equipamentos tecnológicos que permitam a comercialização de CRÉDITOS DE VIAGEM eletrônicos de transporte através de cartões inteligentes sem contato, a arrecadação dos pagamentos de passagens em dinheiro feitas diretamente nos ônibus, o controle dos acessos aos ônibus por meio de VALIDADORES integrados nas catracas dos ônibus e a gestão de todas essas informações de forma sincronizada.

6.1.1. A implantação do SBE deverá observar as diretrizes definidas nos subanexos 2.3 e 2.3.A deste EDITAL.

6.1.2. Em relação ao SBE, a CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por:

- a) prover os equipamentos (hardwares) e sistemas (softwares) que equipam os veículos de transporte de passageiros e GARAGEM;
- b) prover as catracas eletromecânicas de uso embarcado nos veículos de transporte de passageiros, para interligação com os equipamentos de bilhetagem, observadas as especificações técnicas do SBE;
- c) controlar o acesso dos passageiros aos veículos de transporte;
- d) realizar a descarga diária dos dados armazenados nos VALIDADORES, bem como a transmissão diária e automática desses dados para o *clearing* do sistema e para o CCO.

6.2. Caberá a CONCESSIONÁRIA implantar o CCO, baseado no conceito de centralização do controle da operação dos veículos de transporte de passageiros, com o uso de sistemas, subsistemas e equipamentos tecnológicos que permitam a identificação do posicionamento dos veículos e a comunicação com os mesmos, de forma a controlar a operação de campo, atuar sobre a regularidade das viagens, atender ocorrências e servir de elemento de segurança para os USUÁRIOS e motoristas.

6.2.1. A implantação da CCO deverá observar as diretrizes definidas nos anexos 2.3 e 2.4 deste EDITAL.

6.3. Caberá a CONCESSIONÁRIA implantar e disponibilizar o SIU, visando prestar aos USUÁRIOS todas as informações necessárias para bem orientá-los e propiciar-lhes adequada utilização dos SERVIÇOS, bem como para recepção de reclamações, sugestões e demais manifestações; as especificações estão detalhadas, sobretudo, nos subanexos 2.3 e 2.3.B deste EDITAL.

6.3.1. A implantação do SIU deverá observar as diretrizes definidas no CONTRATO e nos subanexos 2.3 e 2.3.B deste EDITAL.

6.4. Os sistemas inteligentes de transporte – CCO, SBE e SIU – deverão estar plenamente disponíveis e operacionais nos prazos previstos no cronograma de implantação da CONCESSÃO, conforme anexo 14.

6.5. Caberá à CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE, para análise e aprovação, os projetos de implantação dos sistemas inteligentes de transportes (SBE, CCO e SIU), antes de sua efetivação.

6.6. A CONCESSIONÁRIA, além da implantação dos sistemas inteligentes de transporte SBE, CCO e SIU principal (em sua sede), deverá também implantar um sistema em *espelho*, em tempo real, na PREFEITURA, através de *link* dedicado, em local a ser determinado pelo PODER CONCEDENTE.

6.6.1. A CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á pelo provimento, implantação, manutenção, atualização, capacitação da equipe técnica da PREFEITURA, disponibilização do link, equipamentos, dispositivos, hardwares e softwares necessários à operacionalização dos sistemas em espelho do SBE, CCO e do SIU.

7. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA serão remunerados pela RECEITA TARIFÁRIA, obtida mediante cobrança, pela CONCESSIONÁRIA, das tarifas fixadas.

7.1.1. A RECEITA TARIFÁRIA inicial da CONCESSÃO terá como referencial o VALOR DA TARIFA consignado na PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE vencedora da LICITAÇÃO, que não poderá ser superior a R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos), valor fundamentado nos estudos realizados pelo PODER CONCEDENTE, inclusive os que constam do anexo 4 do EDITAL e de seus subanexos.

7.1.1.1. Os estudos econômicos realizados consideram, inclusive:

- a) a especificação dos SERVIÇOS e da frota;
- b) os custos operacionais;
- c) os investimentos a serem realizados de acordo com as especificações mínimas do EDITAL;
- d) a previsão de passageiros equivalentes;
- e) os impostos e encargos incidentes sobre a receita.

7.1.2. Na hipótese de a RECEITA TARIFÁRIA não ser suficiente para remunerar o serviço concedido, deverá o PODER CONCEDENTE adotar os mecanismos previstos no item 8, abaixo, de modo a garantir a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da CONCESSÃO.

7.2. Fica autorizado o PODER CONCEDENTE a dar a competente publicidade da tarifa aplicada aos serviços de transporte público coletivo.

7.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá divulgar, nos termos estabelecidos neste EDITAL, de forma clara e de fácil compreensão pelos USUÁRIOS, além de outras informações previstas em lei, no EDITAL, ou no CONTRATO:

- a) os horários do serviço regular;
- b) o prazo de validade dos CRÉDITOS DE VIAGEM.

7.3. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar fontes alternativas, acessórias e complementares de receita e empreendimentos associados à CONCESSÃO, dos contratos de publicidade que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação e da regulamentação vigente, mediante prévia comunicação ao PODER CONCEDENTE, bem como demais atividades que não comprometam a segurança da operação e os padrões de qualidade dos SERVIÇOS.

8. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO

8.1. Como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA fará jus a reajuste anual do VALOR DA TARIFA, a ser concedido por ato do PODER CONCEDENTE, de modo a recompor o seu valor em face da variação de preços do principal insumo do setor (óleo diesel S10) e em razão das variações inflacionárias medidas pelo índice nacional de preços ao consumidor-INPC, segundo a seguinte fórmula:

$R = (0,25xi1) + (0,75xi2)$, sendo:

R: Índice de reajuste a aplicar entre os períodos considerados.

i1: Variação do preço de óleo diesel para grandes consumidores.

i2: Variação INPC.

$T_1 = T_0 \times R$, onde:

T₁: tarifa reajustada

T₀: tarifa inicial na data base

8.1.1. O PODER CONCEDENTE promoverá, a cada 04 (quatro) anos, revisão ordinária do VALOR DA TARIFA com objetivo de:

- a) aferir a correção da fórmula de reajuste anual em face da realidade da CONCESSÃO;
- b) refletir os ganhos originários de receitas alternativas e/ou acessórias, por meio da incorporação da parcela do PODER CONCEDENTE em favor da manutenção da modicidade tarifária;
- c) refletir o índice linear de qualidade e eficiência na prestação do serviço, apurado pelo PODER CONCEDENTE, com incorporação de parcelas dos ganhos de eficiência e produtividade da CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS; e
- d) promover o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, de acordo com as premissas fixadas no CONTRATO.

8.1.2. Na ocorrência de modificações nas características operacionais do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, ocasionadas por fatos imprevisíveis e áleas econômicas extraordinárias, é assegurada a revisão extraordinária do VALOR DA TARIFA, a ser implementada, por meio da alteração da TARIFA PÚBLICA.

8.1.3. Poderá a CONCESSIONÁRIA requerer ao PODER CONCEDENTE, por meio de pedido devidamente justificado, revisão extraordinária da tarifa, respeitando-se o procedimento e os prazos fixados na lei e no CONTRATO, por decorrência de uma ou mais situações a seguir exemplificadas:

- a) ocorrências de eventos excepcionais que promovam modificações imprevistas ou imprevisíveis nos encargos e vantagens da CONCESSIONÁRIA, tendo como referência a situação originalmente existente quando da publicação do EDITAL;

- b) criação, extinção ou alteração de tributos e encargos legais, que tenham repercussão direta nas receitas tarifárias ou despesas da CONCESSIONÁRIA relacionadas especificamente com a prestação dos SERVIÇOS que são objeto da CONCESSÃO;
- c) ocorrência de distorções acumuladas originárias da aplicação da fórmula de reajuste tratada no item 8.1.

8.1.4. Conforme dispõe o art. 624, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, alterações nos contratos de trabalho dos funcionários da CONCESSIONÁRIA, cujo impacto possa afetar o equilíbrio das TARIFAS PÚBLICAS, deverão ser, previamente à sua vigência, autorizadas pelo PODER CONCEDENTE.

8.2. Para instrução do processo de reajuste anual, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar toda a documentação necessária, em até 15 (quinze) dias corridos antes da data-base para o reajuste.

8.3. Instruído o processo de reajuste anual, o PODER CONCEDENTE verificará a conformidade da aplicação da fórmula constante no CONTRATO e, uma vez constatada a sua regularidade, concederá o reajuste.

8.4. O processo de reajuste de que trata este item somente poderá ocorrer uma vez ao ano, a cada período de 12 (doze) meses.

8.5. Não serão aceitos, como justificativa para reajuste de tarifa, eventuais custos suportados pela CONCESSIONÁRIA relacionados à instalação de GARAGEM, aptos a bem atender aos SERVIÇOS.

9. DAS OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA

9.1. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos decorrentes da execução dos SERVIÇOS descritos no objeto do EDITAL e do CONTRATO, inclusive com todas as despesas relativas aos custos do SBE, CCO e do SIU.

9.1.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA, às suas expensas, emitir e comercializar os seus CRÉDITOS DE VIAGEM, inclusive para atender à procura por vales, vales-transportes, passes, passes múltiplos ou outros instrumentos com a mesma função, compatibilizando essa sua atuação com a cobrança eletrônica a ser implantada e com os critérios previstos no EDITAL.

9.1.1.1. A CONCESSIONÁRIA poderá iniciar a comercialização de seus CRÉDITOS DE VIAGEM a partir de 30 (trinta) dias antes do início de suas operações.

9.1.2. Todos os CRÉDITOS DE VIAGEM comercializados pela CONCESSIONÁRIA terão a validade mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

9.1.3. Após o início da operação da CONCESSIONÁRIA, os antigos passes, vales, vales-transportes ou outros instrumentos com as mesmas funções, comercializados pela anterior operadora dos SERVIÇOS ou seus prepostos, mesmo que não materializados em cartões inteligentes, permanecerão válidos por mais 90 (noventa dias) dias, apenas para sua troca por CRÉDITOS DE VIAGEM expedidos pela CONCESSIONÁRIA ou para resgate em dinheiro junto à anterior operadora das LINHAS.

9.1.3.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA dar ampla publicidade do prazo fixado neste subitem 9.1.3, ao longo de sua duração, mediante pelo menos duas publicações na imprensa local ou, em caso de absoluta impossibilidade, regional, e mediante a afixação de avisos em todos os ônibus da frota e nos terminais de passageiros.

9.1.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá divulgar em seu SÍTIO eletrônico de forma clara e fácil compreensão pelos USUÁRIOS, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos, conforme Lei Federal nº 13.673, de 05 de junho de 2018.

9.1.4. Todos os direitos de viagem efetivamente comercializados pela anterior operadora dos serviços de transporte coletivo de passageiros no MUNICÍPIO até a data deste CONTRATO, ainda que não materializados em cartões inteligentes, serão suportados pela CONCESSIONÁRIA, sem nenhum acréscimo ou complementação de tarifa, desde que sua validade não se tenha esgotado, pelo decurso do prazo previamente fixado para sua utilização ou por não terem sido oportunamente trocados por CRÉDITOS DE VIAGEM emitidos pela CONCESSIONÁRIA, no termos definidos neste subitem 9.1.3.

9.1.4.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA preservar, até que decorridos cinco anos da vigência do CONTRATO, todos os documentos que materializam direitos de viagem emitidos pela anterior operadora dos serviços de transporte coletivo de passageiros do MUNICÍPIO, que venha a suportar nos termos deste item 9.1.4.

9.1.4.2. A responsabilidade pecuniária da CONCESSIONÁRIA por suportar os direitos de viagem comercializados pela anterior operadora dos serviços de transporte coletivo de passageiros do MUNICÍPIO, é limitada, nos termos e valores definidos no subanexo 4.4. deste EDITAL.

9.1.4.3. Caso, na hipótese prevista no subitem 9.1.4.2, a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA exceda o limite previsto, caberá à própria CONCESSIONÁRIA, como sucessora da atual operadora dos SERVIÇOS, adotar, inclusive perante ela, o Ministério Público e o Poder Judiciário, as providências cabíveis para, mediante a exibição da totalidade dos comprovantes por ela recolhidos ao executar as viagens garantidas, obter o ressarcimento dos danos causados pela anterior prestadora dos SERVIÇOS, correspondentes ao valor excedente ao limite fixado e resultantes da indevida expansão da venda antecipada de viagens, sem sustentação na dimensão real dos serviços efetivamente prestados pela anterior operadora dos SERVIÇOS.

9.1.4.3.1. A estipulação do subitem 9.1.4.3 não inibe outras providências legais que o USUÁRIO possa adotar.

9.2. A CONCESSIONÁRIA arcará com todas as despesas decorrentes do provimento, da manutenção, atualização tecnológica e operação do SBE, do CCO e do SIU, tanto do sistema principal, quanto do *espelho*.

9.2.1. No caso de substituição do fornecedor de tecnologia do SBE, CCO e/ou SIU, após aprovação do projeto de substituição pelo PODER CONCEDENTE, os custos decorrentes de tal substituição serão integralmente suportados pela CONCESSIONÁRIA.

10. DA TARIFA PÚBLICA E RECEITA TARIFÁRIA

10.1. A CONCESSIONÁRIA terá, exceto hipóteses expressamente previstas em lei ou no CONTRATO, direito à integralidade do valor da TARIFA PÚBLICA cobrada do USUÁRIO, que constituirá a RECEITA TARIFÁRIA.

10.2. Para cobrança da TARIFA PÚBLICA dos USUÁRIOS a CONCESSIONÁRIA deverá implantar o SBE, em todos os seus veículos de transporte de passageiro e GARAGEM, bem como rede de distribuição de CRÉDITOS DE VIAGEM, previamente ao início da operação das LINHAS e SERVIÇOS, conforme previsto no CONTRATO e diretrizes do subanexo 2.3 deste EDITAL.

10.3. Os meios de pagamento de viagens à disposição dos USUÁRIOS pela CONCESSIONÁRIA são constituídos de CRÉDITOS DE VIAGEM eletrônicos, gravados em cartões inteligentes sem contato, os quais serão distribuídos e comercializados sob a forma de produtos tarifários – bilhete unitário, bilhetes múltiplos de 2, 6 e 10 viagens (ou, ainda, de outros múltiplos que a PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA vierem a considerar necessários), cartão de estudante, cartão vale-transporte, dentre outros.

10.4. Ao gestor do SBE competem as seguintes responsabilidades:

- a) emitir, distribuir e comercializar os CRÉDITOS DE VIAGEM, nos cartões inteligentes sem contato;
- b) conservar, manter e dar suporte técnico a todo parque de equipamento e a todo conjunto de sistemas que integram o SBE, abrangendo os componentes que equipam os veículos de transporte e, também, os equipamentos de GARAGEM, terminais, plataformas de embarque e desembarques e de corredores, quando existirem, e pontos de venda;
- c) operar e manter o *back-office* do sistema, que abrange toda a infraestrutura de informática, telecomunicações, processamento, armazenamento e segurança de dados do sistema.

10.5. A CONCESSIONÁRIA, além da implantação do SBE principal (em sua sede), deverá também implantar um SBE em *espelho*, em tempo real, ou, em casos excepcionais, D+1, na PREFEITURA, através de *link* dedicado, em local a ser determinado pelo PODER CONCEDENTE.

10.6. A TARIFA PÚBLICA será estabelecida pelo PODER CONCEDENTE em conformidade com sua política tarifária e as normas legais e regulamentares pertinentes.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

11.1. Poderá participar da LICITAÇÃO, na qualidade de LICITANTE, pessoa jurídica, empresa, sociedade empresária, que não incida nos impedimentos previstos no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e demais prescrições legais aplicáveis, e que ou tenha cadastro ativo na PREFEITURA ou apresentar documentação de acordo com os artigos 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, comprobatória de suas condições de habilitação

jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, bem como regularidade fiscal/trabalhista, e satisfaça todos os termos e condições deste EDITAL.

11.2. Nenhum LICITANTE que participar da LICITAÇÃO poderá integrar mais de uma PROPOSTA, sob pena de desclassificação.

11.2.1. É vedada a apresentação simultânea, de PROPOSTAS de LICITANTE pertencente a um mesmo grupo econômico, sob pena de desclassificação de ambos os LICITANTES.

11.3. Não poderão participar desta LICITAÇÃO os LICITANTES que apresentem as seguintes restrições:

11.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.2. Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a Administração Municipal;

11.3.3. Tenham sido, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, penalizados por ato de corrupção;

11.3.4. Estejam em processo de falência.

11.3.4.1. Os LICITANTES que estejam em recuperação judicial, embora não impedidos, por isso, de participar da LICITAÇÃO, deverão apresentar, durante a fase de habilitação, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no EDITAL.

11.4. Não poderão participar da LICITAÇÃO pessoas jurídicas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela LICITAÇÃO.

11.5. Não poderão participar da LICITAÇÃO pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário ou laboral servidores da PREFEITURA, outros agentes vinculados ao Poder Executivo ou Legislativo do MUNICÍPIO, inclusive da administração indireta, bem como quaisquer pessoas que mantenham vínculos na forma do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 56-A da Lei Orgânica do MUNICÍPIO e do art. 177, XII e XVIII da Lei Municipal nº 3.040/93

11.6. A participação na LICITAÇÃO implica integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO

12.1. O prazo de vigência da CONCESSÃO será de 10 (dez) anos, contados da ORDEM DE SERVIÇO, na forma e condições estabelecidas no CONTRATO.

12.2. O prazo de vigência da CONCESSÃO poderá ser prorrogado uma única vez, por até 05 (cinco) anos – artigo 33, § 1º, da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014, por motivo justificado, nos termos do art. 23, XII, da Lei Federal nº 8.987/1995, e dos §§ 1º e 2º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

13. DO VALOR DO CONTRATO.

13.1. O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 5.660.914,48 (cinco milhões seiscentos e sessenta mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos).

13.1.1. O valor descrito no item 13.1, acima, corresponde ao valor dos investimentos devidos pela CONCESSIONÁRIA durante o período da CONCESSÃO.

14. O CREDENCIAMENTO

14.1. Os interessados em representar LICITANTE durante o procedimento licitatório, em número máximo de 02 (dois), deverão se credenciar perante a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, no dia designado para a sessão pública de entrega dos envelopes, mediante a apresentação de documento de identidade ou outro documento equivalente e, também, comprovar sua representação, por meio da apresentação de:

14.1.1. Instrumento de procuração, outorgada pelo administrador com poderes definidos no respectivo ato constitutivo ou outro documento que evidencie os poderes do outorgante, que comprove poderes do outorgado para praticar todos os atos referentes ao certame, realizar ou assinar declarações de qualquer natureza inerentes ao certame, inclusive para, quando admitido pela lei ou por este EDITAL, interpor recursos e deles desistir, apresentar questionamentos, transigir, ou prestar informações, inclusive acompanhada da documentação necessária.

14.1.1.1. Tratando-se de representante legal de sociedade empresária, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro empresarial registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

14.1.1.2. Os documentos apresentados para credenciamento, com exceção do documento de identidade ou outro equivalente, serão retidos pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO e juntados ao processo administrativo da LICITAÇÃO.

14.2. Os LICITANTES ou seus representantes constituídos nos termos deste item do EDITAL serão os únicos admitidos a intervir nas fases da LICITAÇÃO.

14.3. Os representantes poderão exercer a representação de uma só LICITANTE, devendo acompanhar todos os atos do processo licitatório, em especial quanto à participação na sessão, até o seu encerramento.

15. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

15.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver todos os projetos necessários à apresentação da PROPOSTA.

15.2. A LICITAÇÃO será processada pela Secretaria de Administração – Departamento de Materiais – Seção de Licitações e julgada pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, obedecidas as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

15.3. A LICITAÇÃO será processada e julgada sem inversão das fases de habilitação e de julgamento, em conformidade com a legislação incidente, indicada no preâmbulo deste EDITAL.

15.4. É facultada à COMISSÃO DE LICITAÇÃO ou à autoridade superior, em qualquer fase da LICITAÇÃO, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada, no entanto, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da PROPOSTA.

15.5. O ato de abertura dos envelopes nas respectivas sessões poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas só poderão participar os representantes legais credenciados na forma do item 14 acima, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.

16. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

16.1. Os envelopes contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL, deverão ser protocolados até as 08h30min no Departamento de materiais/Seção de Licitações, na Rua Santos Dumont, 28, Centro, Birigui (SP), em dia e hora dispostos no preâmbulo deste EDITAL, devidamente fechados, opacos e inviolados, rubricados sobre seu fecho e identificados, em sua parte externa, da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCESSÃO DO SERVIÇO E TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE
PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP
CONCORRÊNCIA Nº
EDITAL Nº
NOME, FIRMA, RAZÃO ou DENOMINAÇÃO DO LICITANTE:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL

CONCESSÃO DO SERVIÇO E TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE
PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP
CONCORRÊNCIA Nº
EDITAL Nº
NOME, FIRMA, RAZÃO ou DENOMINAÇÃO DO LICITANTE:

16.2. Os envelopes deverão ser entregues direta e pessoalmente pelos representantes dos LICITANTES, ficando facultado, sob exclusiva responsabilidade destes, seu envio por correio.

16.2.1. Eventual violação dos envelopes pelo correio acarretará a não recepção da PROPOSTA encaminhada.

16.3. Toda a documentação deverá, preferencialmente, ser encadernada e colocada sequencialmente, de acordo com o EDITAL.

16.4. Todos os documentos devem ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia, desde que devidamente autenticada e perfeitamente legível.

16.5. Para efeito de padronização, os documentos deverão ser apresentados conforme modelos constantes deste EDITAL, quando houver.

16.6. A troca do conteúdo de quaisquer dos envelopes implicará automática desclassificação do LICITANTE.

16.7. As informações, toda a correspondência e os documentos relativos à LICITAÇÃO, deverão ser redigidos em português, idioma oficial desta LICITAÇÃO, sendo toda a documentação compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma.

16.7.1. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, certificados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e acompanhados da respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

17. DA VISITA TÉCNICA

17.1. Os LICITANTES poderão realizar a visita técnica oficial na área objeto do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI e suas cercanias, para a verificação das condições locais, com a finalidade de obter avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, meios de acesso ao local, e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da sua PROPOSTA, bem como a prestação dos serviços.

17.2. Sem prejuízo da realização de vistorias informais pelos LICITANTES, por sua única responsabilidade, a vistoria oficial, se assim desejarem, deverá ser agendada no Departamento de Trânsito – Secretaria de Segurança Pública, pelo telefone (18) 3642-2215, em dias úteis da semana, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 16h.

17.2.1. O PODER CONCEDENTE poderá oferecer outras datas além da inicialmente divulgada, de acordo com a procura de agendamentos.

17.2.2. Ao término da visita técnica oficial será fornecido aos representantes dos LICITANTES o atestado de visita técnica, o qual deverá ser juntado aos documentos de habilitação.

17.3. O LICITANTE que não tenha realizado visita técnica deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita técnica, termo de responsabilidade e renúncia à visita técnica, nos termos do modelo constante do anexo 13 deste EDITAL.

17.4. Quaisquer questionamentos deverão ser realizados por escrito pelos LICITANTES, na forma e no prazo estabelecidos no item 25 deste EDITAL.

17.5. O PODER CONCEDENTE considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do CONTRATO, ou alegar

qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o sistema.

17.6. O LICITANTE se responsabiliza pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações vigentes, aplicáveis aos serviços e aos locais, objeto da CONCESSÃO.

18. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

18.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1.1. A documentação exigida neste EDITAL, relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (ENVELOPE Nº 1), deverá ser apresentada por todos os LICITANTES.

18.1.2. As certidões exigidas para a habilitação dos LICITANTES emitidas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua emissão.

18.1.3. Serão admitidas certidões obtidas pela INTERNET, desde que tenham sido emitidas por SÍTIOS oficiais e que o documento contenha indicação do SÍTIO em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

18.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente arquivados no registro competente.

18.2.2. Em caso de sociedade empresária com nomeação de diretoria mediante ato externo ao contrato social, bem como nos casos de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão vir acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

18.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

18.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), comprovando situação ativa;

18.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos à Dívida Ativa da União;

18.3.3. Certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal (RFB), relativa: (i) às contribuições sociais previstas no art. 11, parágrafo único, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei Federal nº 8.212/1991, (ii) às contribuições instituídas a título de substituição, e (iii) às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas, até 14 de agosto de 2005, em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

18.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, da sede da LICITANTE, refletindo a situação da dívida ativa, no que concerne ao IPVA incidente sobre veículo(s) de sua propriedade, destinado(s) à mesma atividade que é objeto desta LICITAÇÃO (transporte de passageiros).

18.3.5. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do LICITANTE, refletindo a situação da dívida ativa concernente ao ISS relativo aos serviços por ele prestados com a mesma finalidade desta LICITAÇÃO (transporte de passageiros).

18.3.5.1. Para fins de comprovação de regularidade, será admitida a apresentação de certidão(ões) conjunta(s) que comprove(m) o atendimento a uma ou mais exigências contidas neste subitem 18.3, caso disponíveis.

18.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

19. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.1. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de pedido de falência ou de recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da Varas Cíveis da Comarca onde a sociedade for sediada, com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega.

19.2. Prova, por meio do balanço patrimonial indicado no item 19.2.2, de que, na data estabelecida para a entrega dos envelopes 01 e 02, mediante demonstrativo em papel timbrado da LICITANTE e assinado por seu representante legal, comprovando a boa situação financeira do LICITANTE, que será verificada através dos índices ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), os quais deverão ser calculados e apresentados pelo LICITANTE, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

ILG – Índice de Liquidez Geral:

$$\frac{AtivoCirculante + RealizávelalongoPrazo}{PassivoCirculante + ExigívelalongoPrazo} \geq 1$$

ILC – Índice de Liquidez Corrente:

$$\frac{AtivoCirculante}{PassivoCirculante} \geq 1$$

ISG – Índice de Solvência Geral:

$$\frac{AtivoTotal}{PassivoCirculante + ExigívelaLongoPrazo} \geq 1$$

19.2.1. Não serão aceitas fórmulas alternativas para os índices contábeis, reservando-se a PREFEITURA, ainda, o direito de reclassificar contas, se necessário for, de acordo com a legislação vigente.

19.2.2. É obrigatória a apresentação de balanço patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, para comprovação da situação financeira da licitante, bem como seu grau de endividamento.

19.2.3. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelos administradores e por contabilista legalmente habilitado.

19.2.4. Considera-se exercício social o período indicado no artigo 1.078, inciso I, do Código Civil, facultada a opção da sociedade pela adoção de SPED Eletrônico.

19.2.5. Somente poderão ser habilitados os LICITANTES que obtiverem os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral iguais ou maiores que um ($=$ ou > 1);

19.3. Prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93, não inferior a R\$ 203.789,25 (duzentos e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 10% do valor dos investimentos devidos pela CONCESSIONÁRIA, referente aos primeiros 12 (doze) meses da CONCESSÃO.

19.4. Os valores expressos em moeda estrangeira serão convertidos, para os fins de comprovação do patrimônio líquido, em reais (R\$), mediante a aplicação da taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil, referente à data de encerramento do exercício social indicado no balanço patrimonial.

20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, em nome do LICITANTE, que poderá(ão) ser acompanhado(s) de documentação confirmatória, que comprove(m) experiência pertinente e compatível em características com o objeto da LICITAÇÃO, qual seja, a prestação de serviços de transporte de passageiros.

20.1.1. Considera-se pertinente e compatível a comprovação da execução de serviços de transporte de passageiros com, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) experiência na operação de sistema de transporte de passageiros por no mínimo 01 (um) ano, com pelo menos 33.200 (trinta e três mil e duzentos) passageiros transportados – média mensal.
- b) experiência na operação de sistema de transporte de passageiros, com, no mínimo, 5 (cinco) veículos em operação por dia.

20.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, sem necessariamente a elas se limitar, as seguintes informações:

- a) objeto;
- b) características das atividades e serviços desenvolvidos;
- c) datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- d) datas de início e término da participação da empresa no Consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de Consórcio;

- e) descrição das atividades exercidas no Consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de Consórcio;
- f) local da realização das atividades e serviços;
- g) nome, firma ou denominação social do emitente;
- h) Nome e identificação do(s) signatário(s) do(s) atestado(s).

20.2. Prova da execução da visita técnica ou Termo de Responsabilidade e Renúncia à Visita Técnica, observado o estabelecido no item 17 do EDITAL.

20.3. Declaração do LICITANTE de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, conforme modelo constante do anexo 13.

20.4. Declaração do LICITANTE informando que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho elaborada conforme modelo constante do anexo 13.

20.5. Declaração do LICITANTE, nos termos do modelo constante do anexo 13, de que:

- a) sujeita-se a todas as condições do EDITAL;
- b) tem pleno conhecimento do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI e das condições de sua execução;
- c) responde pela veracidade de todas as informações constantes da documentação e da proposta apresentada;
- d) recebeu todos os elementos componentes do presente EDITAL
- e) tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da LICITAÇÃO, tendo considerado suficientes as informações recebidas para a elaboração da sua proposta.

20.6. Declaração de que não incorreu, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, em ato de corrupção.

21. PROPOSTAS

21.1. DA PROPOSTA COMERCIAL

21.1.1. O envelope nº 02 deverá conter a PROPOSTA COMERCIAL do LICITANTE.

21.1.2. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser apresentada em uma única via, nos exatos termos estabelecidos no anexo 5 e conforme modelo estabelecido no anexo 13, devidamente assinada pelo representante legal do LICITANTE.

21.1.3. O valor da PROPOSTA COMERCIAL, referente ao VALOR DA TARIFA, deverá estar expresso em reais (R\$), em algarismos e por extenso, e não poderá ser superior a R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos), quando da abertura do certame.

21.1.4. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser apresentada digitada ou datilografada sem qualquer emenda, rasura ou entrelinha e deverá conter a data e a assinatura do LICITANTE, com identificação do signatário e nome do LICITANTE.

21.1.5. O prazo de validade da PROPOSTA COMERCIAL deverá ser de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua apresentação, podendo ser renovada por igual período, mantidas suas condições originais.

21.1.6. A PROPOSTA COMERCIAL deverá apresentar o fluxo de caixa projetado e a TIR-Taxa Interna de Retorno proposta pelo LICITANTE.

21.1.7. A PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar a desoneração do PIS/COFINS nas receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, por força da Lei Federal nº 12.860, de 11 de setembro de 2013 e posteriores alterações.

22. DO PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO

22.1. Na data, hora e local indicados no preâmbulo deste EDITAL, será realizada a sessão pública para recebimento dos envelopes contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL dos LICITANTES

22.2. A LICITAÇÃO será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- a) abertura dos envelopes nº 01, contendo a documentação relativa à habilitação dos LICITANTES e sua apreciação; a documentação será rubricada pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos LICITANTES credenciados presentes à sessão.
- b) efetivada a rubrica dos documentos de habilitação, nos termos da alínea “a”, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá encerrar a sessão pública para análise da documentação apresentada, publicando oportunamente o seu resultado no Diário Oficial do Município, ou analisar e julgar na mesma sessão pública.
- c) ao ensejo do julgamento, se verificado o atendimento das exigências de HABILITAÇÃO, a Comissão declarará o(s) LICITANTE(S) habilitados, determinando: i) a devolução dos envelopes nº 02, contendo as respectivas PROPOSTAS, fechados aos LICITANTES inabilitados, desde que não tenha havido recurso, ou, se houver, após sua denegação; ii) a abertura dos envelopes nº 2, contendo as PROPOSTAS dos LICITANTES habilitados, desde que haja transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou que tenha havido desistência expressa, ou, ainda, depois do julgamento dos recursos interpostos.
- d) abertura dos envelopes nº 02, contendo as PROPOSTAS, seu conteúdo deverá ser rubricado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos LICITANTES credenciados presentes à sessão.
- e) será classificado em primeiro lugar o LICITANTE que apresentar a menor proposta para o VALOR DA TARIFA e assim, sucessivamente, serão classificados os demais LICITANTES.
- f) em caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por meio de sorteio realizado na mesma sessão.
- g) serão desclassificadas as PROPOSTAS que:

- a. não atenderem às exigências do EDITAL;
 - b. forem inexecutáveis;
 - c. omitirem qualquer elemento solicitado;
 - d. contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.
- h) o julgamento e a classificação das PROPOSTAS observarão os critérios de avaliação constantes do EDITAL.
- i) a autoridade competente deliberará quanto à homologação e adjudicação do objeto da LICITAÇÃO.

22.3. É facultada à COMISSÃO DE LICITAÇÃO ou autoridade superior, em qualquer fase da LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22.4. Em se tratando de microempresa ou de empresas de pequeno porte, o LICITANTE deverá apresentar toda a documentação exigida neste EDITAL. No entanto, elas serão declaradas HABILITADAS mesmo que apresentem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal. A que vier a ser declarada vencedora do certame terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da ciência do julgamento para apresentar a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

22.4.1. Em se tratando de empresas que não se enquadrem no subitem anterior, a apresentação da documentação constante do envelope nº 01 em desacordo com o previsto nos itens 19 e 20 deste EDITAL acarretará sua INABILITAÇÃO.

22.4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração de acordo com o modelo estabelecido no anexo 13 deste EDITAL, fora do envelope nº 1, acima referido.

22.5. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o LICITANTE será inabilitado.

23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1. Será facultada aos LICITANTES, nos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93, a interposição de recurso administrativo, dirigido ao Prefeito do MUNICÍPIO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão, quanto ao julgamento e a habilitação, bem como os demais recursos cabíveis segundo a Lei federal nº 8.666/93.

23.2. A Seção de Licitações – Departamento de Materiais dará ciência dos recursos aos demais LICITANTES, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do ato.

23.3. O recurso administrativo somente será recebido quando subscrito por representante legal, pessoa credenciada ou por procurador com poderes específicos, e

deverá ser dirigido ao Prefeito do MUNICÍPIO, protocolizado no Departamento de Materiais – Seção de Licitações, na Rua Santos Dumont, nº 28, Centro, Birigui/SP, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 16h.

23.4. O Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL receberá os recursos administrativos interpostos com observância dos requisitos previstos no Item 23.3 acima e devidamente fundamentados.

24. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

24.1. Julgados os recursos, ou decorrido o prazo para a sua interposição, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proclamará o resultado final do certame, e, após a homologação do processo licitatório pela autoridade superior do órgão solicitante do presente certame, adjudicará o seu objeto da LICITAÇÃO ao LICITANTE VENCEDOR.

24.2. O LICITANTE VENCEDOR será convocado, mediante publicação no Diário Oficial do MUNICÍPIO, Diário Oficial do Estado, jornal de grande circulação e jornal de circulação regional, para assinatura do CONTRATO no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da mencionada publicação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justificado, nos termos do § 1º do artigo 64 da Lei nº 8.666/1993.

24.2.1. Se o CONTRATO não for assinado no prazo estabelecido no item 24.2 por razões não imputáveis à CONTRATANTE, serão aplicadas as sanções cabíveis.

24.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item 24.2.1, a PREFEITURA poderá convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, observadas as etapas da análise da habilitação por parte da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na forma do §2º do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.4. Do CONTRATO constará a data de início da operação, ficando a CONCESSIONÁRIA, entre a data da adjudicação da concorrência e a data estipulada para início da operação, fixada, impreterivelmente, em, no máximo, 90 (noventa) dias após a assinatura do CONTRATO, obrigada a apresentar prova material de que cumpre os compromissos assumidos na presente licitação, dentre eles o prazo para início dos SERVIÇOS, a idade da frota, o número e especificação dos veículos, GARAGEM e implementação dos sistemas inteligentes de transporte. A CONCESSIONÁRIA será considerada em situação regular, somente após as vistorias pertinentes realizadas pelos técnicos designados pela PREFEITURA e subsequente aprovação, mediante os critérios objetivos apontados pelo EDITAL, e que se dará impreterivelmente nos 05 (cinco) dias imediatamente anteriores ao efetivo início de operação.

24.5. Havendo justificados impedimentos que afetem a apresentação da frota nas condições propostas, será admitida a substituição de uns por outros ônibus, contanto que observados o limite fixado no subitem 2.4.1.1 deste EDITAL.

25. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

25.1. Os LICITANTES que necessitarem de informações e esclarecimentos complementares relativamente ao presente EDITAL deverão solicitá-los por escrito ao Departamento de Materiais/Seção de Licitações, das seguintes formas:

- a) Protocolado na Secretaria de Administração – Departamento de Materiais – Seção de Licitação, à Rua Santos Dumont, nº 28, Centro, Birigui-SP;
- b) Por meio de correspondência encaminhada ao endereço eletrônico: licitacoes@birigui.sp.gov.br.

25.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias em relação à data designada para a sessão pública de entrega dos envelopes.

25.3. Não sendo formulados até este prazo, todos os elementos fornecidos serão considerados suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, aos LICITANTES, direito a qualquer reclamação posterior.

25.4. As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas a todos os interessados no SÍTIO oficial da PREFEITURA em www.birigui.sp.gov.br.

25.5. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

26.1. O presente EDITAL poderá ser impugnado quanto a possíveis falhas ou irregularidades, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de recebimento dos envelopes.

26.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente EDITAL o LICITANTE que não o fizer consoante os itens pertinentes do próprio EDITAL.

27. DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

27.1. CONVOCAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

27.1.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE que manteve as exigências de habilitação até o momento da contratação.

27.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

27.2.1. A CONCESSIONÁRIA prestará garantias específicas do exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO no valor inicial equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total dos investimentos devidos pela CONCESSIONÁRIA a cada ano da CONCESSÃO, conforme constante no Fluxo de Caixa apresentado pelo LICITANTE.

27.2.1.1. A garantia de execução do CONTRATO será renovada anualmente.

27.2.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO de que trata o item 27.2 servirá para cobrir:

27.2.2.1. O ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE face ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA, para levar a efeito obrigações e responsabilidade desta; e

27.2.2.2. O pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, nos termos da lei ou do CONTRATO.

27.2.3. Sempre que o valor do CONTRATO for reajustado, com base no VALOR DA TARIFA PÚBLICA, em razão da assinatura de termos aditivos, a CONCESSIONÁRIA deverá complementar a garantia, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da vigência do reajustamento, de modo a manter inalterada a proporção fixada, nos termos previstos no CONTRATO.

27.2.4. A garantia especificada neste subitem deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses.

27.2.5. A garantia prevista poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a funcionar no país, em favor do PODER CONCEDENTE;
- c) Seguro-garantia emitido por companhia seguradora brasileira, em favor do PODER CONCEDENTE; ou
- d) Títulos da dívida pública da União ou do Estado de São Paulo, desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade ou adquiridos compulsoriamente, e de liquidez imediata.

27.2.6. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá estar acompanhada da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação e deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação automática, vinculada à reavaliação do risco.

27.2.7. As garantias oferecidas não poderão conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.

27.2.8. Todas as despesas decorrentes da prestação das garantias correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

28. DA TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO

28.1. A transferência do CONTRATO dependerá de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 27, da Lei Federal nº 8.987/1995, implicando a falta de anuência a caducidade da CONCESSÃO.

28.1.1. Para obter a anuência do PODER CONCEDENTE, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção dos SERVIÇOS; e
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL e pelo CONTRATO.

28.2. A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA dependerá de prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

28.2.1. A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE:

- a) quando a transferência não prejudicar, tampouco colocar em risco, a execução do CONTRATO; e
- b) após 01 (um) ano da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas no CONTRATO e posteriores aditivos.

28.2.2. A prévia autorização do PODER CONCEDENTE é indispensável mesmo no caso de transferência indireta do controle por meio de controladoras, ou mesmo em hipótese de acordo de acionistas.

28.2.3. Para obtenção da anuência para transferência do controle societário, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira, e regularidade fiscal e jurídica necessárias à assunção do objeto da CONCESSÃO;
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas assumidas no CONTRATO e posteriores aditivos.

28.2.4. Constatada a manutenção das condições de habilitação, deverá a Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito autorizar a transferência mencionada.

28.3. A assunção do controle ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA por financiadora será encaminhada para anuência do PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 27-A da Lei Federal nº 8.987/1995.

28.4. Será permitida a cessão ou subcontratação dos serviços relativos às funções de operação, desde que parcial e que haja prévia autorização do PODER CONCEDENTE.

28.4.1. A cessão ou subcontratação dos serviços de que trata o subitem 28.4, poderá ocorrer a quaisquer interessados, independentemente de eventual grupo econômico a que pertençam, respeitados os termos do EDITAL e do CONTRATO.

29. DOS BENS REVERSÍVEIS

29.1. São bens reversíveis da CONCESSÃO aqueles provenientes de benfeitorias relacionadas com a prestação dos serviços e necessárias ao melhor desenvolvimento do objeto da CONCESSÃO, que por ventura sejam realizadas ao longo da CONCESSÃO.

29.2. O CCO, o SBE e o SIU são bens reversíveis, mesmo que não tenham sido amortizados ao final da CONCESSÃO.

29.3. Os ônibus, GARAGEM e demais bens não amortizáveis ao longo da CONCESSÃO, embora integrem e estejam afetos à CONCESSÃO, não são bens passíveis de reversão em favor do PODER CONCEDENTE.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, revogar a LICITAÇÃO por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem que caiba direito a indenização ou reembolso de despesa a qualquer título.

30.2. Todas as decisões proferidas acerca de impugnações, recursos, ou demais atos administrativos inerentes à realização da LICITAÇÃO serão publicados, no Diário Oficial do MUNICÍPIO, Diário Oficial do Estado, jornal de grande circulação, jornal de circulação regional, e, disponibilizadas no SÍTIO oficial da PREFEITURA em *www.birigui.sp.gov.br*.

30.3. Os LICITANTES se obrigam a comunicar ao PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de habilitação ou classificação, imediatamente após sua ocorrência.

30.4. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros serão de direito privado, não tendo qualquer relação com o PODER CONCEDENTE.

30.4.1. Ainda que o PODER CONCEDENTE tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, por força do estabelecido neste EDITAL, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar do PODER CONCEDENTE qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

30.5. Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da LICITAÇÃO.

30.6. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO ou autoridade superior solicitará informações complementares que julgarem necessárias.

31. ANEXOS DO EDITAL

<u>NÚMERO DO ANEXO</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>
ANEXO 1	PROJETO BÁSICO.
ANEXO 2	ESPECIFICAÇÃO OPERACIONAL DO LOTE.
SUBANEXO 2.1	ITINERÁRIO DESCRITIVO DAS LINHAS.
SUBANEXO 2.2.	DESENHO DO ITINERÁRIO DAS LINHAS.
SUBANEXO 2.3	DIRETRIZES GERAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS ITS - SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTES.
SUBANEXO 2.3.A	DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA – SBE.
SUBANEXO 2.3.B	DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO – SIU.
SUBANEXO 2.4	DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO.
ANEXO 3	CRITÉRIOS PARA EXTENSÃO, CRIAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DE LINHA.
ANEXO 4	VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA CONCESSÃO.

SUBANEXO 4.1	PLANO DE RENOVACÃO DA FROTA.
SUBANEXO 4.2	PLANILHAS DE ESTUDO DE VIABILIDADE – DADOS PARA OS 10 ANOS DE CONCESSÃO.
SUBANEXO 4.3	FLUXO DE CAIXA DE CONCESSÃO.
SUBANEXO 4.4	PROJETO BÁSICO - BASE DE DADOS – PREÇOS E INFORMAÇÕES.
ANEXO 5	METODOLOGIA DE APROPRIAÇÃO DE CUSTOS.
ANEXO 6	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS VEÍCULOS DA FROTA.
ANEXO 7	DIRETRIZES GERAIS BÁSICAS DE GARAGEM.
ANEXO 8	PLANILHAS DE PREÇOS – SISTEMAS ITS.
ANEXO 9	CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DA QUALIDADE DO SERVIÇO – SCQS.
ANEXO 10	LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI Nº 60, de 19 DE SETEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO, AUTORIZA SUA DELEGAÇÃO A PESSOA JURÍDICA QUE DEMONSTRE CAPACIDADE PARA SEU DESEMPENHO, MEDIANTE PRÉVIA LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ANEXO 11	LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI Nº 106, DE 08 DE MARÇO DE 2019 E LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI Nº 102, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018, QUE ALTERAM A LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.
ANEXO 12	MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO.
ANEXO 13	MODELO DE CARTAS, DECLARAÇÕES E PROPOSTAS.
ANEXO 14	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA CONCESSÃO.
ANEXO 15	MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO OPERACIONAL – OSO.

Prefeitura de Birigui, 20 de março de 2019.

CRISTIANO SALMEIRÃO
Prefeito Municipal

CLEBER RODRIGO DA SILVA
Secretário de Segurança Pública